



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 773
00003

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 773, DE 2017

Estabelece prazo para a correção dos valores referentes ao percentual de aplicação mínimo obrigatório de que trata o caput do art. 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para os recursos recebidos em decorrência da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se o parágrafo único ao art. 1º da Medida Provisória nº 773, de 2017:

"Art. 1º

Parágrafo único. Caso o limite mínimo de aplicação de que trata o *caput* não seja atingido depois de feitas as correções nas receitas e despesas autorizadas nesta Lei, o Ente federativo respectivo deverá efetuar novas alterações em seu orçamento até que se cumpra a determinação constitucional de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória em epígrafe autoriza Estados, Distrito Federal e Municípios a corrigir as diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, em decorrência a aplicação da lei que autorizou a repatriação de capitais (Lei nº 13.254, de 2016), tendo em vista a determinação legal



CD/17935.93831-92

e constitucional para a aplicação de um percentual mínimo de recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Não está claro, porém, o que deve ocorrer em termos de gestão fiscal, quando as correções autorizadas ocasionarem o descumprimento do limite mínimo. Seria um absurdo interpretar tal autorização como um “passe livre” para que os Entes federativos deixem de cumprir seu imperativo constitucional perante o ensino público.

Com o objetivo de deixar claro que o limite de aplicação precisa ser respeitado, mesmo depois efetuadas as devidas correções, esperamos contar com os nobres Colegas para ver aprovada a presente Emenda.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado TENENTE LÚCIO

